

## UMA MUDANÇA ENCAIXADA: CLÍTICOS EM CONSTRUÇÕES PREPOSICIONADAS

### *A CASE OF EMBEDDED CHANGE: CLITICS IN PORTUGUESE PREPOSITIONAL SYNTAGMAS*

Odete Pereira da Silva Menon

Universidade Federal do Paraná (UFPR/CNPq)

#### RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir a posição dos clíticos em português, num contexto bem específico — nos sintagmas preposicionados — com vistas a apresentar um caso de mudança encaixada (cf. Weinreich, Labov & Herzog, 1968: 101), a partir de uma amostra constituída por vinte textos portugueses, do séc. XIV ao séc. XIX. Em dado momento da língua antiga, a representação de um fato concomitante a outro se fazia com [em + gerúndio]: *em passando*; porém, houve uma mudança e passou-se a empregar a construção [ao + verbo no infinitivo]: *ao passar*. Essa mudança foi decorrente do processo de nominalização dos verbos com o artigo *o*, antecedido da preposição *a*, usada para indicar movimento, o que gerou uma estrutura semelhante ao que chamo PCV (preposição-clítico-verbo): *a o passar*, em que o *o* é clítico anafórico de terceira pessoa (objeto direto). Ocorre, então, uma ambiguidade, que bloqueou o uso de PCV; o que se resolveu (no período dos sécs. XVI-XVII) com a posposição do pronome: *a passá-lo*. Ora, a regra anterior nesse caso era a próclise; a ênclise vai afetar inicialmente só os PCVs. regidos pela preposição *a*; porém podendo se estender, mas não necessariamente, às demais preposições (*de, em, para, por, sem*), o que vai ficar evidenciado nos autores do século XIX. A mudança também vai atingir outro tipo de construção preposicionada, as perífrases compostas por verbo transitivo indireto, com a preposição *a* ou outras: *lhe tornar a fazer, o haver de fazer* (CVaV) passam a (VaVC): *tornar a fazer-lhe; haver de fazê-lo*, respectivamente.

**Palavras-chave:** clíticos; gramaticalização da ordem das palavras; nominalização; sintagmas preposicionados.

## ABSTRACT

This study aims to discuss the position of clitics in Portuguese in a specific context – prepositional syntagmas — with the purpose of presenting a case of embedded change (cf. Weinreich, Labov & Herzog, 1968: 101). The data sample is comprised of 20 Portuguese texts from the period between the 14<sup>th</sup> and the 19<sup>th</sup> centuries. At an earlier time, the representation of one fact concomitant to another was made through [em + gerund]: *em passando*. However, a change later occurred to use the construction [ao + verb in the infinitive]: *ao passar*. This change resulted from the process of verb nominalization with the article *a*, preceded by the preposition *a*, used to indicate movement, which generated a construction similar to what I call PCV (preposition-clitic-verb): *a o passar*, in which the *o* is a third person anaphoric clitic (direct object). An ambiguity then occurred, blocking the use of PCV. The resulting ambiguity was resolved (in the period of the 16<sup>th</sup> and the 17<sup>th</sup> centuries) through pronoun postposition: *a passá-lo*. Thus, we can say that the previous rule in this case was proclisis; enclisis initially affected only the PCVs governed by preposition *a*, even though enclisis could be extended to other prepositions (*de, em, para, por, sem*), as evidenced by authors in the 19<sup>th</sup> century. Such change also affected another type of prepositional construction: periphrastic constructions composed of an indirect transitive verb, followed by a preposition, *a* or others, as in: *lhe tornar a fazer, o haver de fazer* (CVaV) became (VaVC): *tornar a fazer-lhe; haver de fazer-lo*, respectively.

**Keywords:** clitics; nominalization; prepositional syntagmas; word-order grammaticalization.

## INTRODUÇÃO

Um dos fatos linguísticos que marcariam uma diferença acentuada entre o PB (português do Brasil) e o PE (português europeu) é a chamada colocação dos pronomes: próclise preferencial para o PB e ênclise majoritária para o PE. Essa questão, que já atingiu as raias da nacionalidade, no tempo de Alencar, também já fez correr muita tinta. Referenciar os trabalhos que já trataram do assunto, extremamente polêmico em algumas abordagens, levaria muitas dezenas de páginas. Por que então dedicar mais um estudo sobre o tema? Ainda há o que discutir? Há, realmente, regras de colocação pronominal ou tudo é questão de ouvido, de eufonia? Se prevalecesse essa última, teríamos tantas colocações quantos falantes houvesse, visto que

cada indivíduo pode ouvir e sentir a língua de maneiras distintas... Além disso, seria admitir que a variação é aleatória. Porém, partindo da premissa da Sociolinguística de que a língua é um sistema heterogêneo (cf. Weinreich, Labov e Herzog (doravante WLH) (1968: 100): “it will be necessary to learn to see language – whether from a diachronic or synchronic vantage – as an object possessing orderly heterogeneity”), a variação é regulamentada por fatores tanto lin<sup>1</sup>guísticos ou estruturais, quanto por sociais ou extralinguísticos.

Na pesquisa de busca de fontes escritas para fundamentar a história do sistema pronominal em português, tenho lido uma extensa gama de textos – de várias épocas e de diferentes assuntos. Foi me chamando a atenção o fato de aparecer um número significativo de próclise em textos antigos, dos séculos XIV, XV ou XVI. Ora, se a característica primordial do PE seria a posição enclítica do pronome, o que estariam fazendo esses pronomes antes do verbo? Daí, a pergunta: o PE mudou as regras<sup>2</sup> e o PB teria conservado o estado de língua do séc. XVI? Ou as chamadas “regras” são equivocadas e não dão conta dos fatos da língua? Além disso, fui observando que diferentes estruturas mostravam comportamentos distintos na distribuição dos pronomes. Como a experiência com dados sincrônicos de língua falada (oriundos de projetos como o NURC, o VALPB e o VARSUL) tem me mostrado, quando juntamos levantamentos de dados e os submetemos a rodadas estatísticas, pode acontecer um fenômeno de *neutralização* dos resultados: em termos de frequência, para se obter 50% podemos ter qualquer uma destas distribuições: (10 + 90); (20 + 80); (30 + 70); (40 + 60) e (50 + 50). Isso quer dizer que a média mascara as particularidades. Então, quando numa amostra reunimos dados de contextos diferentes, estamos anulando a diversidade que porventura eles possam apresentar e, por conseguinte, enviesando os resultados e as análises deles decorrentes. No

<sup>1</sup> Respectivamente: Projeto da **Norma Urbana Culta**; **Variação Linguística na Paraíba (PB)**; **Variação Linguística Urbana na Região Sul**.

<sup>2</sup> Francisco Adolpho Coelho expõe lucidamente a sua posição (embora ainda considere a mudança como “corrupção” da língua) no tocante à questão que provocou muitas susceptibilidades dos dois lados do Atlântico no séc. XIX (mas que adentrou largamente no XX) – o fato de se considerar o português do Brasil como **dialeto** do de Portugal: “não se deve dizer que o brasileiro é um português degenerado e tende a formar um dialeto; degenerados são ambos, e ambos se corrompendo, cada um a seu modo talvez, mas corrompendo-se.” (COELHO: 1882, *Notas complementares*, p. 117, *apud* TARALLO (1993: 36)).

tocante aos casos de próclise e ênclise<sup>3</sup>, a média pode ser enganosa e, mais grave, pode fazer parecer completamente aleatória a distribuição de uma ou outra. Vejamos uma ilustração do fato: se eu tenho uma amostra em que determinada estrutura (correspondente a 10% dos dados) apresenta mais próclise e outra construção (responsável por 90% dos dados) utiliza mais a ênclise, ao juntar ambas obtenho a média de 50%, o que permitiria afirmar que a “regra” de distribuição das ocorrências de próclise e ênclise é aleatória (meio a meio). Por isso, se impõe a necessidade de estudar separadamente os contextos de ocorrência e verificar se podemos conceber regras variáveis diferenciadas.

E parece ser esse o caso para se poder proceder a uma reconstrução da história das regras de colocação pronominal pois, na observação dos textos portugueses compulsados, as estruturas com pronomes foram se revelando interessantes:

1. a ênclise ao gerúndio ocorre categoricamente desde as fases iniciais da língua; quando é precedido da preposição *em* ou quando apresenta sujeito, ocorre próclise;
2. verbos no futuro do presente ou do pretérito podem aparecer com pronomes em próclise ou em ênclise (*te farei* ou *farei-te*);
3. pode aparecer próclise em início absoluto de período;
4. ocorre próclise ou ênclise com sujeito expresso, ou não, com verbo simples (*ele se foi* ou *ele foi-se*);

<sup>3</sup> Não considero aqui a possibilidade de existir a chamada “mesóclise”, por duas razões: (i) nos textos antigos, sejam manuscritos, sejam os editados (impressos) que mantenham fidelidade aos originais, o que ocorre é ênclise ao primeiro verbo, o que fica evidente quando as formas não aparecem ligadas (os escribas – e também a imprensa, nos seus estágios iniciais – escreviam outras palavras juntas, não só as formas verbais e seus clíticos) como podemos constatar no seguinte trecho de D. João de Castro: “e se estiver hũ que se chama ho Fallquão *tomallo eys* e não tomãdo Casquais e tendo tempo pera pairar na bara mãdareis buscar ho dito pilloto e *tralloeis* comvosquo e depois de serdes ã Lixboa ho paguareis e muy bem ha minha custa.” (*Cartas*, p. 89, 1543, itálicos acrescentados); (ii) tecnicamente, isto é, prosodicamente, não existe “mesóclise”: é impossível uma palavra se apoiar simultaneamente no acento de outras duas; ou ela se apoia no da anterior e temos pronome enclítico, ou na seguinte, e temos próclise. A justificativa alegada por alguns, de que se deve entender mesóclise como “posição entre os dois verbos” é pior ainda, pois esse é um critério de posição na estrutura (sintático, portanto), enquanto o conceito de clíticos é de natureza prosódica (de “apoio” de palavra átona no acento de palavra tônica). Não é possível misturar alhos com bugalhos, usar a mesma nomenclatura para fatos de tão diversa natureza.

5. com locução (ou sintagma) verbal, inicialmente próclise preferencial ao primeiro verbo; mais tarde, ênclise preferencial ao segundo (*se pode fazer > pode fazer-se*); sendo mais rara a ênclise ao primeiro dos verbos da locução: *pode-se fazer*.
6. ocorrências com [haver de + infinitivo] e com verbos transitivos indiretos são estruturas complexas que têm comportamento bastante distinto: podem apresentar próclise inicial à locução (épocas mais antigas: *o haver de fazer, a começar de pedir, lhe tornar a fazer*) e, depois, ênclise final à locução (*haver de fazê-lo; começar de pedi-la; tornar a fazer-lhe*); porém, às vezes, podem apresentar ênclise ao primeiro ou próclise ao segundo verbo da locução ou sintagma.
7. os sintagmas preposicionados, isto é, estruturas que denomino **PCV** (preposição – clítico – verbo) e **PVC** (preposição – verbo – clítico), que correspondem o mais das vezes a um complemento nominal ou são reduzidas de infinitivo (adverbiais finais e condicionais; relativas), se revelaram constituir uma *mudança encaixada*, de que vou me ocupar neste estudo.

## 1. As “regras” de colocação pronominal

Na busca de trabalhos que pudessem lançar alguma luz sobre essas questões, encontrei uma obra extensa, a de Sampaio Dória (1959), para discutir parte do assunto, porque esse autor fez levantamentos de obra e autores e tentou delinear o panorama das chamadas “regras de colocação”, abarcando o período que vai do séx. XVI ao XIX. A exemplificação de Sampaio Dória é farta, tanto em autores como nas situações levantadas: ele compulsou as obras e fez levantamentos numéricos das ocorrências, tanto em próclise quanto em ênclise, em autores como João de Barros, Camões, Frei Luís de Sousa, Vieira, Pe. Manuel Bernardes, Castilho, Herculano, Camillo, Machado de Assis e Rui Barbosa, além de outros, como Eça de Queirós, que ele menciona, inclusive quantitativamente, mas a quem não dedica capítulo especial como fez aos outros dez.

Uma das bandeiras por ele levantadas é a de que, além das “regras — que ele contesta com abundância de exemplos —, existe um fator mais importante que regula a colocação dos pronomes: o ouvido (SAMPAIO DÓRIA, 1959: 10):

Escrevendo como se falava, João de Barros deixou patente, nos *Panegíricos* e nas *Décadas*, que a colocação de pronomes era problema de ouvido: é, em regra, mais eufônica a anteposição dos pronomes que sua posposição aos verbos. A próclise, reconhecida como norma, é a grande surpresa<sup>4</sup>.

À questão da outiva, Sampaio Dória (1959: 10-15) acrescenta uma outra possibilidade, sempre acalentada por quem trata do assunto: haveria palavras “atrativas”, isto é, com alguma força (oculta, porque até hoje ninguém explicou em que consiste essa “força”) para chamar para perto de si o pronome, mas que nem sempre funciona, como ressalta o autor após verificar os resultados do seu levantamento:

A teoria corrente é a de que certas palavras têm o dom de atrair, para junto de si, os pronomes átonos e a apassivadora *se*. No sentir geral, estas palavras são as conjunções subordinativas, os pronomes relativos, os advérbios, ou qualquer negativa. Sem a presença, antes do verbo, de qualquer destas palavras, a posição natural do pronome átono seria depois do verbo.

Os factos, porém, não confirmam essa teoria.

No *Panegírico de D. João III*, há mais de cem anteposições sem a presença, antes do verbo, de conjunções subordinadas, pronomes relativos, advérbios ou qualquer negativa. No *Panegírico da Infanta D. Maria*, vinte anteposições sem atracção. [...]

<sup>4</sup> Nas citações, reproduzo exatamente a grafia utilizada pelos autores, qualquer que seja a (orto) grafia em uso.

Ora, se a próclise fosse consequência de atração, onde não houvesse atração, não haveria próclise. Mas, se ausentes as palavras que atraem, ainda se verifica a próclise, força é concluir que nenhuma relação de causalidade ha entre a próclise e palavras que se dizem atraentes.

A realidade encontrada por Sampaio Dória (1959: 18-22) na linguagem empregada por João de Barros (1496-1570)<sup>5</sup> (legítimo representante da língua da primeira metade do séc. XVI), se contrapõe à teoria daqueles que trataram do pronome:

[...] a conclusão final se impõe: na linguagem de João de Barros, o grande clássico de século XVI, *o pronome átono precede em geral o verbo, independentemente de palavra que o possa atrair.* [...]

Muito raras as posposições. Passam de mil as anteposições.

Donde se vê que o infinito com regência preposicional reforça a norma geral da próclise.

E quais os casos de posposição? Há, na linguagem de João de Barros, posposições obrigatórias? Há posposições facultativas? Quais?

Em primeiro lugar, no começo de proposição, ou período.

No estilo do grande mestre do século XVI, poucas vezes o verbo abre o período. E, mesmo na abertura de período, não é obrigatória a posposição, se o período se ligar ao anterior por conjunção coordenada<sup>6</sup> [...] No *Panegírico da Infanta D. Maria* e nas *Décadas*, a norma se confirma.

<sup>5</sup> Sempre que aparecerem, entre parênteses, duas datas hifenizadas, elas devem ser lidas como data de nascimento e de morte do autor. É possível que não se tenha conseguido estabelecer uma delas: nesse caso, quando se presume mais ou menos a data, aparece a abreviatura *c.*, do latim *circa*, “cerca de”. As datas foram obtidas em consulta à ficha catalográfica de obras dos autores, constantes do catálogo geral da Biblioteca Nacional de Lisboa. No caso dos autores estudados na extensa obra de Sampaio Dória (431 p.) aparecem, logo após a entrada do capítulo com o nome do autor, as datas entre parênteses.

<sup>6</sup> Relaciona, a seguir, as páginas onde se localizam os 54 casos que menciona.

Aliás, sôbre esta topologia pronominal o acôrdo entre os entendidos é maciço: não se começa, com pronome átono, proposição não precedida de conjunção coordenada. Se o verbo estiver no futuro, o pronome pode ser intercalado, estará antes ou no meio do verbo, nunca depois.<sup>7</sup>

Sampaio Dória (p. 27) prossegue na sua explanação discutindo outros casos da dita posposição no PE: com gerúndio, em início absoluto da proposição; “Com o verbo no modo indicativo ou imperativo, há um caso singular de anteposição ou posposição indiferentemente. Tanto faz: [...]”. Nas págs. 33-35, se questiona:

E quando antes, e quando depois? Questão de ouvido, e nada mais. [...] *só por eufonia ou ênfase se pospõe o pronome átono ao verbo no indicativo ou imperativo, não precedido de negativa.*”

Cabe, aqui, uma nota explicativa. Estas exceções por eufonia ou ênfase de posposições do pronome no indicativo, tão parcas em João de Barros, passaram a demasia em clássicos posteriores. [...]

Porque? Diferenças na pronúncia do século XVI com a moderna, sobretudo em Portugal?

Com base nos seus resultados, Sampaio Dória (1959: 35) ensaia uma interpretação histórica da diferença, ao comparar os usos de João de Barros aos de outro prosador ilustre, Eça de Queirós, do século XIX. Não nos esqueçamos de que três séculos permeiam a obra dos dois autores:

Talvez se rastreie a explicação, no antagonismo, em colocação de pronome, de Eça de Queiroz. Nos seus primeiros livros, se orientou pela teoria de que a ênclise é a posição natural do pronome átono, admitindo-se a próclise por atracção. Ao contrário, em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *A Cidade e as Serras*, a posição natural passa a ser a anteposição, só avaramente escapando a posposição.

<sup>7</sup> Aqui se confirma a necessidade que temos de se fazer mais pesquisa em textos antigos: a simples leitura da *Demanda do Santo Graal* demonstra que, para a língua antiga, essa afirmação categórica não vale. Há muitos exemplos de ênclise com futuro na *Demanda* (e em outros textos coevos).

Os Maias: P: 3050 E:+ de 3740 total: c. 6800  
 As Cidades e as Serras P: 1234 E: 29 total: 1263.

Até à página a revisão de cujas provas tipográficas a morte lhe permitiu, sómente deixou passar estas posições:

“fôra mais divertido *pesca-lo* do que *come-lo*”

“*Eil-a* ahi, belo Jacinto!”

“*Eil-a* agora coberta de moradas”

Das seguintes, talvez a lima do artista tivesse transposto algumas para antes dos verbos, se sua tivesse sido a revisão final.

A Ilustre Casa de Ramires P: 1934 E: 09 total: 1943.

Ele também se propõe a dar uma explicação técnica, a fim de legitimar a tese da eufonia (SAMPAIO DÓRIA, 1959: 35-36):

Era a índole do idioma que se impunha, e o afinado ouvido que se estabelecia. Nada de mistérios: a colocação de pronomes é problema de eufonia, e, pois, de aperfeiçoamento da língua. O pronome átono, por isto que átono, se pronuncia, na frase, como se fora uma das sílabas do verbo, a que se junta.

Ora, são mais audíveis e melhor articuláveis as sílabas pretônicas, que as posteriores às tônicas de qualquer vocábulo. Logo, entre figurar o pronome átono como sílaba pré ou postônica, a limpidez na pronuncia e a clareza na audição explicam a preferência da próclise.

Porém, ele não chegou a postular uma mudança nas regras, nesses mais de trezentos anos. Aí ele volta ao séc. XVI e passa a analisar as ocorrências em Camões (1524-1580), “aclamado por modelo supremo do idioma pátrio.” (p. 47). Retoma a questão do dogma da ênclise, para mostrar as contradições entre regra e fatos da língua:

Nas iniciações da gramática, o que logo se dogmatiza em posição normal dos pronomes átonos, é a ênclise. A próclise será por atração que sôbre os pronomes exerçam certas palavras. Ainda aqui, gramáticos que alçam Camões ao maior de todos, não lhe guardam a consequente fidelidade.

Nos *Lusíadas*, se contam aproximadamente 1580 vezes o pronome átono com verbos em **modo finito**: 1414 antes, e 173 depois. Orça por quase 90% a próclise, e a ênclise pouco mais de 10%.

Dos 1414 proclíticos, 1172 [1175, na p. 48] estão acompanhados de palavras havidas com fôrça de atracção, e 239 sem a presença de palavras imans.

**Logo, se a próclise fôra excepção à ênclise, como posição natural dos pronomes complementos, Camões teria, só nos *Lusíadas*, errado centenas de vezes, na colocação dos pronomes.** (negrito acrescentado).

Mas, como, nesta matéria, **acêrto ou êrro é a conformidade, ou não, com os factos da língua**, a increpação de erronias ao grande clássico por colocar mal os pronomes, não tem razão nem senso. Camões reproduz sem divergências a João de Barros, seu contemporâneo e seu mestre. e **um e outro registaram o português correto de sua época.** (negrito meu).

Sampaio Dória prossegue na exposição dos fatos encontrados em Camões, assinalando: “O que a observação dos *Lusíadas* autoriza a inferir, em colocação de pronomes, é que o pronome átono precede, em geral, os verbos em modo finito.” (p. 48). Os dados em Camões também refutam a tese de que o pronome não pode ocorrer em início de período: “sete exemplos de próclise com verbos *dicendi*, iniciando o período: em incisa, claro: lhe diz; lhe dizia, lhe disse, lhe responde, te afirmo e asselo<sup>8</sup>, me dize, Lhe diz.” (p. 52). Tenta distribuir os casos por contextos, mas resvala, ainda, na tese do “soar melhor”: “As 173 posposições (salvo ligeiro êrro de contagem) se distribuem por três grupos: 144 em verbos que abrem

<sup>8</sup> Primeira pessoa do presente do verbo *asselar*, “pôr selo”. O uso de selos era necessário para autenticar um documento. Equivale ao nosso “afirmo e assino embaixo”.

proposições, 22 em verbos de oração principal precedidos de oração subordinada, e 7 por soar melhor.” (p.53).

Como podemos constatar, ao dispor de uma quantidade maior de dados é possível detectar que as “regras” de colocação pronominal são artificiais e não dão conta dos fatos reais da língua. Sampaio Dória analisou extenso leque de ocorrências em autores representativos (*clássicos*, como ele os denomina) da literatura em prosa vernacular, tanto da portuguesa como da brasileira. Mas ele se limitou a descrever o uso dos autores e, em alguns casos, comparou os empregos de um autor com os de outro; não fez estudo longitudinal no tempo, para captar eventuais diferenças e tentar explicá-las via possível mudança de regras. No entanto, é categórico em dizer que os autores (quando analisa João de Barros e Camões) retratam o “português correto” do seu tempo, para fazer face àqueles que muitas vezes condenam Camões, por ter “se equivocado”.

Apesar de afirmar que a próclise é favorecida em João de Barros pela larga ocorrência do que estou denominando PCV, sintagmas preposicionados com verbos no infinitivo, Sampaio Dória não chegou a perceber um fenômeno de mudança ocorrido nessa estrutura. Como seu objetivo maior é dar conta dos verbos em “modo finito”, ele se limita a mencionar os casos de “verbo no infinito regido de preposição”, conforme exemplifica na sua conclusão ao expor os usos de Rui Barbosa (p. 415):

Resta o exame da topologia pronominal com verbos no infinito.

Com verbos no infinito regidos de preposição, é **indiferente** a posição do pronome átomo. **É a tradição antiga e moderna.** (negritos acrescentados).

Tanto se diz:

“para *me reduzir* a pó” (Réplica, p. 8)

como

“*a vomitar-me* feros e afrontas” (idem, p. 8)

<sup>9</sup> Todos nós aprendemos na escola, segundo o que se repete nas gramáticas normativas, que Camões também teria “errado” no uso da passiva pronominal, ao usar o pronome *se* mais agente da passiva expresso, no exemplo sempre citado: “mares que dos feios focas se navega” ... que era, na realidade, uma estrutura vigente naquela época (e também depois).

Quando ele diz que “é tradição antiga e moderna” (que, no seu entender, se aplica a autores portugueses e brasileiros, como depreendemos da afirmação sobre Rui Barbosa), deixa claro que não conseguiu discernir nenhuma regra atuando na distribuição dos pronomes nesse contexto, além de considerar como “indiferente” a posição do clítico..

Os dados históricos que passo a apresentar, colhidos em textos manuscritos, ou em manuscritos com edição impressa, e em impressos sem cotejo com originais manuscritos (como é o caso de Camilo Castelo Branco), revelam regularidades e apontam para a *questão do encaixamento* de uma mudança (“How are the observed changes embedded in the matrix of linguistic and extralinguistic concomitants of the forms in question? What others changes are associated with the given change in a manner that cannot be attributed to change? (WLH, 1968: 101:)) isto é, como um processo de variação e/ou mudança em um setor da língua pode afetar a realização de outros fatos linguísticos. Como a mudança da regra PCV > PVC ocorre na língua portuguesa num momento em que a sua implantação inicial no Brasil mal havia iniciado, limito a busca a autores portugueses.

Em abordagens usando o referencial da gramática gerativa, Pagotto (1992, 1993) tenta discernir as diferenças no uso e na colocação dos clíticos nas duas variedades do português (PB e PE). Na dissertação de mestrado (1992, *apud* PAGOTTO 1993), analisou a posição dos clíticos a partir do século XVI, em 1436 dados extraídos de cartas e documentos oficiais, presentes em “sentenças raiz (coordenadas ou não) com verbos simples”; em “grupos verbais”; em sentenças infinitivas (preposicionadas ou não) e gerundivas”; e “verbos precedidos de advérbios de negação”, chegando à conclusão de que os resultados, sobretudo em sentenças raiz, foram surpreendentes: na média total com 75% de próclise, de “forma bastante consistente” do séc. XVI ao XVIII, mantendo-se “em torno de 85% no período. Por outro lado, a partir do séc. XIX cresce o percentual de ênclise.” (PAGOTTO, 1993: 186-189).

Porém, infelizmente, Pagotto (1993) não menciona quais teriam sido as constatações de Pagotto (1992) sobre as ocorrências de clítico em construções com infinitivo preposicionado: ele se atém somente aos infinitivos sem preposição. A partir desses resultados, inesperados (que, aliás, são muito semelhantes aos encontrados por Dória), (*i*) no PB, em

que não se esperaria encontrar ênclise, pois o padrão apregoado seria o proclítico e (ii) do PE clássico, que se apresentou muito semelhante ao PB atual, ou seja, com mais próclises, ele se pergunta: “Não teria havido mudança, então?” (PAGOTTO, 1993: 189). A resposta seria a de que tal mudança teria acontecido, “mas ela só seria visível no microscópio da teoria gramatical que trate diferentemente a superfície e níveis mais profundos da sentença” que ele passa a explicar. Advogando o papel central que as regras de movimento desempenham na língua, ele conclui que lidar com a posição dos clíticos é lidar com essas regras de movimento. Para ele, (1993: 202) os resultados

mostraram um português clássico relativamente estável no que diz respeito às regras de posição dos clíticos na sentença. O processo de mudança do qual resultou o português brasileiro fez com que este último perdesse a possibilidade de subida do clítico nos grupos verbais, a próclise à negação e a ênclise em sentenças infinitivas e gerundivas. Nos dois primeiros casos, foi argumentado que houve a perda do movimento individual do clítico; no segundo caso, foi argumentado que a perda do movimento do verbo teria sido a razão do atual padrão do PB.

À conclusão de que houve mudança nos casos acima, segue-se que teria havido mudança também nos verbos simples de sentenças raiz, nas quais o português clássico apresentava um padrão superficial bastante próximo do PB atual, havendo apenas a ocorrência de ênclise quando o verbo era cabeça do período. De um lado, esta última característica reforça a tese de movimento do verbo; de outro, argumentou-se que teria havido uma mudança nas regras que produzem a próclise e a ênclise – elas seriam diferentes: no português clássico, haveria movimento do verbo até T, tendo como consequência uma posição superficial de próclise; no PB atual, nem o clítico nem o verbo se moveriam, e o resultado superficial seria igualmente de próclise.

Vemos que, embora a intenção de Pagotto tivesse sido dar conta de mudança nas regras da colocação pronominal, ele relegou a segundo plano justamente a estrutura que interessa no presente estudo, qual seja, a dos sintagmas preposicionados cujo núcleo é um verbo no infinitivo. Desse modo, ficamos sem saber se as “regras de movimento” de que ele trata dariam conta dessa mudança ocorrida no PE. Mas ele tem razão em dizer que devemos examinar o fato ao microscópio para que ele se torne visível. É o que pretendemos fazer aqui, utilizando a proposta de WHL (1968), sobre o encaixamento da mudança. Vamos escarafunchar os dados o suficiente para demonstrar que se trata de uma mudança que afetou primeiramente a estrutura dos sintagmas preposicionados com a preposição **a** e que se estendeu à construção de perífrases verbais constituídas por verbo transitivo indireto (**V**), com regência da preposição (**a**) seguida de infinitivo (**V**) cujo complemento fosse um clítico (**C**). No português antigo, predominava a ordem **CVaV** e havia também **VaCV** que, posteriormente à mudança de que tratamos, passou a se realizar como **VaVC**. Como vamos ver com o resultado dos dados, essa extensão também afetou a posição do clítico no **PCV** quando as preposições regentes eram outras, como podemos depreender das duas ocorrências do grande humanista Manuel Severim de Faria, – que viveu e escreveu justamente durante o período da implementação da mudança (séc. XVI-XVII) – as quais mostram ambas as possibilidades:

- (1) E tendo eu naquele tempo [1625] uma obra grande, que intitulava: *Notícia de Portugal, e suas conquistas*: já quase em estado **para se poder imprimir**, como testificam [...] (NP, “Aos leitores”, p. 5)
- (2) No segundo se refere a ordem da Milícia, com que este Reino se defendeu de seus contrários por espaço de quase 500 anos, e os meios, e forças que agora tem, **para poder melhor conservar-se**, que de antes. (*idem, ibidem*)

Cadê o poder de atração do advérbio melhor? Segundo as regras tradicionais, advérbios teriam poder de “puxar” o pronome para a posição anterior ao verbo: ora, em (02) e em inúmeras outras atestações no *córpus*<sup>10</sup> não é o que acontece ...

## 2. A amostra

### 2.1. As variantes

Como já mencionei, tenho realizado um trabalho de varredura em textos antigos, de diferentes séculos, para tentar reconstituir a história do sistema pronominal. Nessas leituras, foi saltando aos olhos que algum fato estava acontecendo na distribuição dos pronomes nos sintagmas preposicionados ao longo do tempo. Fiquei intrigada pelo fato de, nos mais antigos, observar que a próclise era a regra e que só muito esporadicamente, aparecia uma ênclise nesses sintagmas. Conforme ia anotando, na margem nos textos, as siglas **PCV** para casos de próclise e **PVC** para os de ênclise, constatava, no fim da leitura de um texto, que havia muito mais casos de PCV, com todas as preposições (as mais frequentes: **a, de, em, pera/para, per/por, sem;** para efeito de apresentação na Tabela 02, mais adiante, as demais preposições foram englobadas como *outras*; porém o seu levantamento foi personalizado). Entretanto, à medida que a época do texto ia avançando no tempo, o comportamento de uma preposição destoava dos demais; tratava-se da preposição **a**: aqui e lá, apareciam casos de ênclise. Esse fato se confirmava, muitas vezes, com os constantes na introdução do editor/anotador dos textos (manuscritos) antigo:

- (3) [...] De facto, e como implica a observação supra-citada de M. Banniard, o problema das “origens românicas”, **a colocar-se**, deve ser perspectivado não em termos de qual o critério ou qual o limiar (temporal, linguístico ou cultural) pertinente [...] isto é, quais as variáveis significativas e qual o número significativo de ocorrências, e em que época, que se deve verificar **para se obter** um contraste linguístico significativo. (EMILIANO, 2003:312)

<sup>10</sup> Utilizo a forma aportuguesada *córpus*, com acento, como qualquer paroxítona terminada em –u (como em *bónus, tónus, húmus, lótus...*).

- (4) Estas compilações [...] e que foram transcritas num único códice, sem qualquer tentativa **de as coligir** ou interligar [...] (EMILIANO, 2003: 83)
- (5) [...] limito-me a apontar este ponto **sem o desenvolver**. (EMILIANO, 2003: 125)

Comecei, portanto, a refinar os critérios de busca, prestando muita atenção ao que acontecia em outras construções da língua. Então observei que, à medida que se passava dos textos mais antigos para os mais “modernos”, aumentava a ocorrência de nominalizações de verbos com anteposição do artigo *o* ao infinitivo, em concorrência com a construção [em + gerúndio], extremamente frequente na língua mais antiga, para expressar um fato concomitante a outro. Não fiz o levantamento numérico dos casos de gerúndio, como “em amanhecendo” comparado com os das nominalizações “ao amanhecer”, porque ia já adiantada a coleta dos dados e seria preciso revisar uma vez mais todos os textos já levantados, o que não seria possível no momento.

Também me parece que não seja necessário esse levantamento quantitativo, visto que o número de ocorrências de nominalizações que aparecem, de início, com a preposição *a* é diminuto e dificilmente se encontra um “par mínimo” como *em amanhecendo* / *ao amanhecer* (empresto essa designação da fonologia, para designar idêntica ocorrência, num mesmo texto, das variantes em concorrência, para demonstrar seja a variação, seja a mudança em curso). Não descarto a hipótese de vir a fazer tal levantamento para outro trabalho mas, para os fins a que me proponho aqui, os dados registrados serão suficientes. Basta ressaltar que essas nominalizações vão ficando mais evidenciadas à medida que se lê uma maior quantidade de textos. Quanto à vitalidade de [em + gerúndio] na língua atual, a construção parece estar circunscrita à escrita formal (ou em discurso de parlamentares: aliás, a linguagem dos políticos é reduto de uma série de arcaísmos, usados para impor respeito e impressionar positivamente, efeitos do uso da língua nos registros mais próximos da ponta do *continuum* na direção da formalidade), como uma espécie de esnobismo gramatical, para o autor demonstrar que conhece a língua (assim como, equivocadamente, usa a tal da mesóclise, para demonstrar erudição, uma vez que na língua oral o futuro sintético vai perdendo terreno para a construção perifrástica [ir + infinitivo]).

Dessa maneira foi se delineando a hipótese de que a mudança na expressão da nominalização poderia estar tendo consequências na colocação do pronome, quando a preposição era **a**: como interpretar **a o ler** de (06)?

- (6) [...] pensae que *o seu leer* é obra meritoria [...] nunca vos enfadees de tornar **a o leer**. (LC, p. 339)

Trata-se de construção verbal ou nominal? Em algumas situações, a ocorrência num determinado texto dependia de uma interpretação contextualizada, isto é, havia necessidade de lançar mão de outros indícios, como referenciação, fatos anteriormente mencionados, para decidir se se tratava do artigo *o* (portanto nominalização) ou do pronome objeto (logo, construção verbal, para indicar ação concomitante a outra). Mas em outros, como quando o pronome estava no feminino (07) ou no plural, já não se justificava a ambiguidade e o pronome podia aparecer tanto antes quanto depois do verbo em idêntico contexto (par mínimo em (08-09)):

- (7) As quaaes avemdo laa noua darmada quese fazia, vinham tambem comtra Liboa **a sabello e troualla** se podessem. (AH, p. 192)
- (8) Serão os Sacerdotes [de Goa] de maior efeito na pregação; porque, como naturais da terra, hão de permanecer sempre nela, e não vir-se logo como fazem os nossos; e com natural amor, que têm aos de sua nação, se moverão com natural zelo **aos ensinar**, e eles os ouvirão com muito melhor vontade [...] (NP, p. 204)
- (9) Pelo que resta somente vemos os meios com que isto se há de fazer: estes são notoriamente dois, ou vindo os sujeitos de Guiné aprender a Portugal, ou indo os Pregadores de Portugal **a ensiná-los**. (NP, p. 209).

Por conseguinte, quando a posição se estendeu aos demais pronomes, em que não haveria nenhuma possibilidade de leitura ambígua, vemos evidenciada a mudança na regra, não se caracterizando mais como situação *ad hoc*.

## 2.2 As fontes

Para dar conta da hipótese aqui defendida, vou me valer de um conjunto de obras selecionadas ao acaso, dentro das que dispunha para cada período, pertencentes a gêneros textuais diversos (documentos oficiais, cartas íntimas e oficiais, crônicas – as antigas e as modernas, relatos de viagens, cartas ânuas (no caso dos jesuítas) e um texto técnico, descritivo). Esse procedimento evita o enviesamento da amostra, porque cobre um espectro muito amplo das possibilidades de expressão da língua, ainda que escrita. Vai mostrar também, como veremos mais adiante na análise dos resultados, que a estrutura linguística do caso em estudo parece não ser afetada por fatores estilísticos ou sociais (tipo de escritor, intimidade com o receptor), a não ser pelos números, com raras exceções, como poderemos constatar.

No estabelecimento do corpú, dei preferência a apresentar mais documentos das fases mais antigas – sécs. XIV, XV, XVI – para demonstrar que, independentemente do autor, a próclise era constante, ou mesmo, categórica. Na sequência, fui reduzindo o número de documentos, conforme se pode ver na Tabela 01, o que não impediu de mostrar a evolução dos dados e a mudança que ia sendo introduzida, como se vai verificar nas Tabelas 02 e 03, mais adiante.

TABELA 01: Constituição da amostra

Século(s)	Datas (* - †) [out]	Autor e/ou Obra	Tipo de texto
<b>XIV:</b>	[1325-1357]	<i>Cortes Afonso IV</i> ( <b>AF4</b> )	legal: cartas, forais, alvarás
	[1357-1367]	<i>Cortes D. Pedro I</i> ( <b>DPI</b> )	legal: cartas, forais, alvarás
<b>XIV-XV</b>	[trad. quatrocentista]	<i>Vida e feitos de J. César</i> ( <b>VJC</b> )	narrativa/ biografia
	[1391-1438]	D. Duarte, <i>Leal Conselheiro</i> ( <b>LC</b> ),	reflexões; auto-ajuda
	(c.1380-c.1458)	Fern. Lopes, <i>Crón. D. João I</i> ( <b>FL</b> )	crônica
<b>XV</b>	(c.1440-c.1522)	R. de Pina, <i>Crón. D. Dinis</i> ( <b>RUI</b> )	crônica
	(1445-1517)	Duarte G., <i>D. Af.º Henriques</i> ( <b>AH</b> )	crônica

continuação da tabela 01

<b>XV-XVI</b>	[c.1529]	<i>Itinerário Antonio Tenreiro</i> (AT)	narrativa de viagens
<b>XVI</b>	[2. <sup>a</sup> met., ant. a 1580]	<i>Itinerário Mestre Afonso</i> (MA)	narrativa de viagens
	(c.1566-1571-1656)	Thomé P. Veiga, <i>Fastigimia</i> (FA)	relato de viagens; análise social
	(1574-1651)	Fr. Leão <i>Beneditina Lusitana</i> (BL)	história da ordem de São Bento
<b>XVI-XVII</b>	(1583-1655)	S. Faria, <i>Notícias de Portugal</i> (NP)	ensaios, resenha histórica
	[1604-1613]	<i>Cartas</i> Pe. Jerónimo Xavier (JX)	cartas ânuas (relatórios)
<b>XVII</b>	(1608-1666)	DFMM, <i>Apólogos Dialogais</i> (AD)	narrativa satírico-moral
<b>XVIII</b>	[1731, data no ms.]	Frei J. Correia, <i>S. J.º Deus</i> (JD)	vida e obra de S.J. de Deus
	(1730-c.1823)	Dalla Bella, <i>Mem. do Azeite</i> (AZ)	ensaio técnico-científico
<b>XIX</b>	(1859-1917)	<i>Cartas António Feijó</i> (FEI)	cartas íntimas, ao irmão
	(1825-1890)	<i>Dispersos de Camilo</i> CB (CB)	crônicas e crítica teatral

Obs.: As datas entre parênteses são referentes ao nascimento e morte do autor, quando foi possível localizar; aquelas entre colchetes são das datas dos documentos ou outros indícios de datação. As siglas entre parênteses são utilizadas nas tabelas e para referenciar as abonações.

### 2.3 Papel da preposição *a*

A mudança de posição do clítico parece, então, ser decorrente de uma mudança na expressão da simultaneidade de dois eventos no tempo: nos períodos mais recuados da língua se usava ou a construção [EM + gerúndio] ou gerúndio simples para indicar a concomitância de um fato com outro e equivalia a uma adverbial temporal (equivalente a [*quando/ como* + verbo no imperfeito do indicativo]). Vejamos ocorrências dessas expressões (10-11) em Fernão Lopes (primeira metade do séc. XV, quando ainda ocorria o emprego de SEM mais gerúndio) e em carta de D. João de Castro (12-13), datada de outubro de 1541 (um intervalo de um século):

- (10) [...] e el que os semtio, **sem sabendo** quem eram, rreçeousse muito e tornou atras [...] (FL, Crón. DJI, p.5)
- (11) E **em sse rrecolhemdo** o dito Martim Correa e [os] outros com elle, deitou em pos elle hũ Escudeiro [...] (FL, Crón. DJI, p. 150)
- (12) A 28 dyas **amanhecendo** nos fizemos a vella. [...] Ho outro dya que forã 29 **Rompendo** a menhã nos fizemos a vella [...] **È entrãdo** no porto nos tyrarã algus tyros de artelharia. (SANCEAU, p. 80)
- (13) A 3 de abril **amanhacẽdo** nos fizemos a vella da Aguada de Soleymã. [...] Este dia **em anouteçendo** correo hũ Rayo debayxo da lua escontra ho orezonte levãdo apos sy grãde e fermoso Resprandor. (SANCEAU, p. 81)

No entanto, como na língua antiga aconteceu um sincretismo entre o particípio presente (em **-nte**) e o gerúndio (em **-ndo**)<sup>11</sup>, é possível encontrar exemplos como (14):

- (14) [...] e dali moueraõ ao saraõ e andaraõ toda a noite atee a brenha em erma de pernas e chegaraõ ahi à sesta feira **amanheçente**. (*Crón. 5 reis*, p. 84)

Também se usavam nominalizações de verbos, como *o comer* e *o beber*. Tais nominalizações já eram frequentes na estrutura [oÑde X]<sup>12</sup>, como em

<sup>11</sup> Ver em MENON (2004, 2006, 2008) explanação sobre essa confluência, devida ao fato de o particípio presente não ter sobrevivido em português com valor verbal, equivalente/equivalendo a uma relativa: só restaram substantivos e adjetivos (estudante, presidente, ausente). O valor verbal ficou sendo expresso pela forma idêntica à do gerúndio, aquela que é condenada pelos gramáticos tradicionais como “construção francesa”, mas que está presente em português desde os textos mais antigos. Temos um bom espécime dessa alternância no seguinte trecho, tirado do primeiro livro impresso em Portugal, em português: “Porẽ mandamos q̃ se macho cõ macho fezerẽ pecado sodomítico em remiunto de suas almas jajuem .xxi. coesma. A p̃meira a pã e agoa **tirãdo** o domlgo e coma ã ele viãda de coesma se q̃ser e daqlas .xxi. coesmas as .xiiij. pode soltar por cartas de solturas, das sete nõ pode aver remiimẽto **salvãte** p̃ seu obispo quãto lhe der [...]” (*Tratado de confissom*, 1973: 193)

<sup>12</sup> Leia-se: [artigo + nome oriundo de verbo + de + complemento nominal].

*o nascer do sol*. Temos no *córpus*, desde o séc. XIV-XV: *ao filbar das cidades* (VJC); *ao abrir das portas, ao embarquar de seu corpo, ao emtrar de Triana* (AH); *ao nacer do sol, ao fabir das portas da cidade pera os arrabaldes* (AT); *ao passar do mar* (MA); *ao parecer de todos, ao sair do sol* (JX). Esse tipo de nominalização não se confundia com a expressão do objeto pronominal **o** em situação proclítica, porque sempre tinha um complemento com a preposição **de** (15, 18). A hipótese é a de que o problema vai começar quando a nominalização se torna mais produtiva<sup>13</sup> a partir da estrutura [**artigo o** + verbo], que passa a ser idêntica à estrutura [**pronome o** + verbo].

- (15) Saibham que **o leer dos boos livros** e boa conversaçom faz acrecentar o saber e virtudes. (LC, p. 10)
- (16) O Gozil se offereceo **a o fazer**, porque tinha elle enueja do que o Vedor da fazenda auia dos nossos, e se foi a ElRey, e lhe falou polo modo que os Mouros com elle falarão [...] (CORREIA, 1975: 94)
- (17) Esta ilha [Ormuz] he nosa e o emxofre que se apanha dela não sae fora senão per mão de nosos ofiçiais, de modo que **ao não quererem vemder** aos mouros em toda esta teraque cõprende hũa terça parte do mûdo não averia hũa mã chea de polvora. (SANCEAU, carta de 29.10.1539, p. 45)
- (18) [..08.] e os possa mandar trazer livremente pera esta cidade pera despeza de sua casa sem **ao tirar do dito pão** nem **ao pasar delle** pellos lugares per omde vyer, lhe ser posto embargo allgũ e esto sem embargo de quaisquer minhas provijsões defesas e posturas de camaras que aja em contrario. (Alvará, 06.06.1555, *Cartas e alvarás*, p. 93)

<sup>13</sup> Como de início não tinha percebido o papel dessas nominalizações, não efetuei levantamento específico. Entretanto, elas vão ficando mais perceptíveis (isto é, aparecem em quantidade suficiente para chamar a atenção) a partir do séc. XVI. Outrossim, o processo de nominalização atinge outras classes de palavras: **ao depois** (*advérbio*, JD, p. 95, 149; AZ, p. 45); e todas as composições de oração reduzida de infinitivo, que ficam disponibilizadas para as subordinações: “basta **o pedilo** para tudo lhe chegar a dar” (JX, p. 180); “apertou-se-me o coração **ao ler a notícia da tua retirada**.” (FEI, p. 121); “para que o *romance*, **ao erguer-se esfarrapado dos typos**, vá, cuspidio e apupado do público, sumir-se no refugio extremo da estupidez audaciosa.” (CB, p. 274). Fica para trabalho posterior uma descrição desse processo de mudança.

- (19) [...] lhe vir ordem do rei do que devia faser como logo veo e foy que se fosse pera onde el rei vinha **ao encontrar** com a mais gente que pudesse levar [...] (JX, p. 178)
- (20) Não queremos nos apertar **ao pedir** (que elle o daria a nos) por ser a terra roim [...] (JX, p. 100)

Se (18) não oferece dúvida na identificação da nominalização, ela se manifesta no trecho imediatamente posterior ao alvará, na licença que se concede ao deão da capela para o transporte do referido *pão* (= trigo), isento de taxas e impostos (21). Interpõe-se então a possibilidade de interpretar a nominalização [Art. + nome] *ao passar*, como sintagma preposicionado PCV [prep.a + pronome o + V], visto que não há complemento com **de**, como em (18): não seria impedido de tirar o trigo para levar a outro lugar (havia leis que impediam isso, enumeradas no alvará (18)), nem pagaria impostos (peagem, “pedágio”) para *passar* (=transportar) o *pão* a esses outros lugares:

- (21) Licença a dom Sancho de Noronha, dayão de vosa capela que possa tirar dos celeiros das suas Jgrejas que tem na villa d(e) Obidos xii moios de pão [...] sem *ao tirar do dito pão* nem **ao passar** pellos lugares per omde vier lhe ser posto embargo allgũ [...] (Licença, 06.06.1555, *Cartas e alvarás*, p. 93)

A língua, todavia, dispunha de uma maneira de desambiguar<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Uma das maiores dificuldades iniciais de quem se propõe a trabalhar com textos portugueses antigos é justamente a questão da ordem; como ela em geral era **OVS** (objeto-verbo-sujeito), o leitor moderno tende a interpretar a oração ao contrário, até se dar conta de que a leitura tem que ser às avessas. Além disso, a colocação pronominal decorrente dessa diversidade na ordem dos constituintes da oração pode provocar confusão entre artigo e pronome. Vejamos um exemplo: no texto abaixo, o leitor moderno pode considerar que **o Paio** é um sintagma nominal, considerando que **o** é artigo; no entanto esse **o** é pronome objeto: “[...] vendo que se nam podiã salvar, cortaram ho cabo que tinha dado á nao, **sem ho Paio** de sousa **saber**.” (GOIS: 70). Para quem está familiarizado com as regras da língua antiga, não ocorre a possibilidade de engano, visto que os nomes próprios não eram acompanhados de artigo. Além disso, teria que haver um complemento para o verbo *saber*, se a interpretação como sintagma nominal se impusesse. Neste caso, excepcionalmente, ocorre logo depois um outro enunciado que elucida o fato, aparecendo de novo o nome próprio, sem artigo. Mais ainda, aparece novamente a frase, com anáfora pronominal: *sem ho elle saber*: “Desamarrada ha galé de Paio de sousa, dom Lourenço, pôsto que pera isso, **sem ho elle saber**, lhe tivessem aparelhado ho parão.” [...] (GOIS: 71)

o sentido: bastava deslocar o pronome para depois do verbo, em posição enclítica (*a passá-lo*). Está criado, pois, ambiente favorável para desenvolvimento de nova regra de colocação do pronome.

Por outro lado, talvez devido a uma reanálise de construções que utilizavam a preposição *a*, sobretudo na expressão da finalidade (22), esta passou a ser empregada para expressar o tempo de uma ação concomitante a outra. Para fazer referência a um dado momento, a língua dispunha de uma nominalização deverbal (23), *a luta* (digamos mais estático, “produto”); para indicar o desenrolar da “ação” (que, depois, por gramaticalização, se estende a outros verbos, até como *pensar*), passou a contar com a nominalização do verbo (24), *o lutar* (mais dinâmico, “processo”):

(22) O fidalgo ia a Ceuta **a/para lutar** com os mouros.

(23) **A luta** com os mouros foi acirrada.

(24) **Ao lutar** com os mouros em Ceuta, o fidalgo recebe uma flechada.

Há uma diferença sintagmática e paradigmática entre os dois nomes: *a luta* pode ser selecionada para aparecer em oração absoluta; *o lutar*, antecedido de **a**, só pode ser selecionado para uma oração dependente, subordinada, as chamadas *reduzidas de infinitivo*.

Enquanto desenvolvia a hipótese, lendo uma antologia de excertos de Damião de Góis, organizada e anotada por Dória, constatei que uma das notas explicativas dava conta exatamente dessa questão. Vejamos o que diz esse editor (1944: 29, nota 48):

(48) *Ao chegar*. No português arcaico e no médio o particípio presente era precedido da preposição *em* quando se indicava o momento da realização duma acção em simultaneidade com outra. Actualmente emprega-se o infinito regido de *a*. Note-se, porém, que quando o particípio presente<sup>15</sup> designa tempo, condição ou hipótese

<sup>15</sup> Em Portugal, na época de Dória, ainda se denominava o gerúndio por particípio presente.

pode fazer-se preceder de *em*, se se indicar com o verbo subordinante hábito ou futuridade. Por ex.: **em se fazendo tarde vem embora**, isto é, *logo que se faça tarde*, etc.

Embora Dória diga que é “atualmente” que se usa “infinito regido de a”, ele não localiza o que seja “atualmente”.

Como em todo fenômeno de mudança, uma vez introduzido/regularizado um paradigma, a estrutura fica disponível na língua e tende a se implementar rapidamente, estendendo o alcance da aplicação da regra. Desde que foi possível nominalizar qualquer verbo, a regra se estendeu a nominalizar toda estrutura que contivesse um verbo no infinitivo (inclusive o flexionado). Como uma oração reduzida de infinitivo pode ter complementos e eles podem vir a ser retomados anaforicamente por pronomes (25)<sup>16</sup>, a nominalização vai abarcar toda a estrutura oracional (26), em processos de subordinação de diferentes níveis<sup>17</sup>.

(25) aueria em algũas partes negligencia em *propor a dita feſta*, & faltando **o propola**, faltaria tãobem **o celebrala** em algũ tẽpo, & lugar. (BL, p 231)

(26) Dos quaes **o ver claramente a Deos** he dote que refponde a Fe. **O gozar de Deos** [...] a Charidade. **O cõprender a Deos**, alcançalo, telo, & pofuillo como coufa propria he dote q refponde a Efperança. (BL, p. 88)

(27) [...] e, como impaciente de tamanho bem, como **o vêr-me** diante de vossos fermozos olhos, temo o juizo [...] (VEIGA, *Fastigimia*, p. 309).

A oração reduzida subordinada a nome pode, por sua vez, sofrer nova subordinação e passar de núcleo a elemento regido, como em (28), subordinado à preposição *em* que constrói o adjunto adverbial de tempo, ou em (29), como componente do sintagma preposicionado que exerce

<sup>16</sup> Como é fácil deduzir, nessa estrutura a ênclise será obrigatória, pois a sequência **o a propor** é agramatical, tanto no PE como no PB. Isso talvez venha em ajuda de uma explicação para as ocorrências de ênclise na sequência *alcançalo, telo & pofuillo* ...

<sup>17</sup> Ver também a nota 13.

a função de complemento nominal na estrutura do adjunto adverbial de assunto. A nominalização também podia ocorrer com uma oração com verbo finito, como em (30) *por que hiam*, que se subordina à preposição **a** do complemento nominal **entrada** (ou objeto indireto, se se considerar que *dar entrada* é verbo suporte):

- (28) Por onde não fô o gloriofo Patriarcha foi como Anjo **no** *aprender*, [...] fenão tambem foi Anjo **no** *viuer*. (BL, p. 38)
- (29) [...] guardando o q manda a Santa Regra **acerca do** *receber os hoffpedes*. (BL, p. 71)
- (30) [...] e emcomtramdosse com os christaãos, vieram aas cutilladas brauamente: os nossos por darem começo e entrada **ao por que** hiam, e os mouros polla tolher amtes que o mall mais creçesse. (DAH, p. 114)

Não faz parte da intenção deste estudo deslindar o estatuto dos clíticos que porventura apareçam nessas estruturas subordinadas: é um problema melindroso tentar decidir se o pronome da sequência *alcançalo, telo & pofuillo* do exemplo (26) constitui ênclise normal. Será que se trata de retomada anafórica só de *a Deos* (objeto direto preposicionado) ou de todo o sintagma anterior *O cõprehender a Deos*, com apagamento do artigo?

## 2.4 Os resultados

Ao ler a Tabela 02, salta aos olhos uma linha evolutiva: (i) ocorrência categórica ou largamente majoritária, de próclises; (ii) aparecimento esporádico de ênclises; (iii) equilíbrio entre próclise e ênclise (praticamente meio a meio em Camilo: 135 próclises contra 125 ênclises).

Pode-se argumentar que se trata de números absolutos e não de pesos relativos, como deveria ser o caso para se falar em aplicação da regra (quando aplicamos o programa Varbrul a dados codificados segundo grupos de fatores linguísticos e sociais que consideramos pertinentes para tentar deslindar os mecanismos da variação). Entretanto, quando lidamos com história da língua, fica difícil estabelecer grupos de fatores: primeiro, porque as amostras são de língua escrita; segundo, por essa razão, muitas vezes não

temos como datar exatamente os textos; terceiro, em muitos casos nem a data de nascimento exata do autor é possível localizar e, muitas vezes, o autor tem uma única obra (resta, então, a época do texto que, como vimos, também é de rara certeza, sobretudo nos períodos mais recuados da língua) ou as cópias existentes são muito posteriores (o que, para alguns casos de variação em sintaxe, pode ter efeitos minimizados). Assim, o mecanismo que nos permite entrever a mudança é a quantidade de dados: à medida que as ocorrências se tornam mais frequentes, podemos partir do pressuposto de que a variação já se instalou e pode se pensar em uma mudança em curso.

No presente caso, as ocorrências de ênclise nos primeiros textos podem parecer anômalas. Algumas podem ser devidas a problemas de cópia, mas as quatro ocorrências em DPI podem ser atribuídas à interferência da *coordenação*: trata-se de uma fórmula legal repetida várias vezes nos documentos entre as páginas 80 e 90: temos uma construção preposicionada e dois verbos no infinitivo ligados pela conjunção *e*. As quatro ocorrências de ênclise em (33, 35, 36) poderiam ter sido interpretadas pelo escrivão como início de período (*ffazer lhys*); como não se pode senão conjecturar a respeito do que pode ter interferido, pode-se ao menos argumentar que o número maior de casos ainda é de próclise – doze!

- (31) *pera eu todo v̄er e lhjs ffazer merçee* (p. 80)
- (32) *pera o eu v̄er e lhys ffazer merçee* (p.81, 82xx, 84xxx, 86, 88xx, 89)
- (33) ***pera ho eu v̄er e ffazer lhys por ello merçee* (p. 82)**
- (34) *pera o v̄er e lhys ffazer merçee* (p. 85)
- (35) ***pera o v̄er e ffazer lhys merçee* (p. 86)**
- (36) ***pera o Eu v̄er e ffazer lhys merçee* (p. 90xx)**

Em VJC as ênclises podem ser atribuídas à incerteza de datação do manuscrito: diz-se no título e na introdução que se trata de tradução quatrocentista; ela pode ser mesmo da segunda metade do século XV, quando a regra variável já se manifesta, como podemos ver nos demais resultados do século. Se em RUI não há ocorrência de ênclise e em LC (04 dados) e FL (01 dado) ela ainda é tímida, em AH já é maior, com nove casos.

Não importa se AT não apresente nenhum PVC e o seu contemporâneo (Antônio Baião, no prefácio, diz: “Cinco anos após a primeira publicação do *Itinerário* de Tenreiro foi escrito o de Meftre Afonfo.” (*Itinerarios*, p. XIV) MA tenha seis ocorrências: essa é uma questão muito importante quando se trabalha com variação. Em Menon (1996) relatei a experiência com os dados do NURC-SP, na seleção dos informantes, para defender que um maior número deles evita um paradoxo: ter zero ou 100% de ocorrências, fato que pode ser decorrente do estilo individual de cada falante. O resultado de uma pesquisa sobre determinado fenômeno pode vir a ser enviesado se se dispuser de um número muito pequeno de informantes por célula: no NURC eu consegui dispor de quatro informantes por sexo, faixa etária e tipo de entrevista. Ora, em alguns casos, uma das variantes de *indeterminação do sujeito* dividia-se ao meio: dois informantes sempre a empregavam e os outros, nunca. Pode-se imaginar o alcance das conclusões a que se chegaria sobre variação e mudança na língua no (a) caso de se dispor somente de um dos dois grupos: resultados diametralmente opostos. Por isso, neste estudo, procurei apresentar vários autores, sobretudo do período que imagino ter sido o do início da variação (sécs. XV-XVI) e dois do período final da abrangência (séc. XIX). Assim, o panorama das ocorrências tenderia a refletir as diferentes realizações individuais da língua (lembro que a seleção dos autores foi ao acaso: a contagem dos dados foi feita depois).

Um resultado, no entanto, merece considerações especiais: Frei Leão de São Tomás, autor da BL, nasceu no século XVI<sup>18</sup> e escreveu a sua obra provavelmente no decorrer XVII, período em que a variação já estava se manifestando, como vimos acima. Por que, então, não aparece nenhum caso de PVC na sua obra? Quando fiz a anotação inicial dos casos, tinha me ficado a impressão de ter visto na BL ênclises com a preposição **a**. Fui reler a obra e conferir as anotações à margem e verifiquei que havia, sim, essas ocorrências; porém elas estavam na estrutura VaVC, que não foram computadas nesta amostra, justamente por serem estruturas diferentes.

---

<sup>18</sup> Uma das premissas da sociolinguística (sobretudo para análises em *tempo aparente, mutatis mutandi*, pode se aplicar o mesmo princípio para a pesquisa histórica da variação/mudança) é a de que o falante reflete o estágio da língua falada nos primeiros vinte, vinte e cinco anos de sua vida (período de aquisição e consolidação da língua): assim, mesmo que uma obra tenha sido escrita no séc. XVII, se o escritor nasceu no XVI, a língua usada nos seus textos vai ser representativa ainda de algum período do século anterior, conforme a sua data de nascimento.

TABELA 02: Ocorrências de pronomes com posição PCV (preposição-clítico-verbo): sécs. XIV a XIX

Prep.	AF4	DPI	VJC	LC	FL	RUI	AH	AT	MA	FA	BL	NP	JX	AD	JD	AZ	FEI	CB	Total
Séc.	14	14	14-5	14-5	14-5	15-6	15-6	15-6	15-6	15-6	16-7	16-7	16-7	17	17-8	18	19	19	
A	--	01	01	04	03	01	02	--	--	09	02	11	12	--	01	--	--	01	48
DE	21	22	105	62	112	30	36	07	18	53	32	48	37	31	35	18	65	43	775
EM	01	--	02	14	07	01	06	02	02	20	26	08	08	05	19	--	05	01	127
P <sup>A</sup>	34	46	16	65	63	20	26	25	32	74	103	69	48	14	131	26	109	70	971
POR	02	10	42	76	43	12	15	19	63	45	23	41	21	08	20	04	10	07	461
SEM	--	--	05	02	04	02	02	11	11	32	04	05	11	02	11	01	15	09	127
Out.	--	01	--	--	--	02	04	10	27	07	07	03	07	01	02	--	01	04	69
Total	58	80	171	223	232	68	87	68	136	260	197	185	144	61	219	49	205	135	2578

Legenda: AD: Apólogos Diálogos CB: Dispersos de Camilo CB JX: Cartas Pe. Jerónimo Xavier  
 AF4: Cortes Afonso IV DPI: Cortes D. Pedro I LC: Leal Conselheiro  
 AH: Crón. D.Afonso Henriques FA: Fastigimia MA: Itinerário Mestre Afonso  
 AT: Itinerário Antonio Tenreiro FEI: Cartas António Feijó NP: Notícias de Portugal  
 AZ: Memórias do Azeite FL: Fernão Lopes- Crón. D. João I RUI: Rui de Pina Crón. D. Dinis  
 BL: Benedictina Lusitana JD: São João de Deus VJC: Vida e feitos de Júlio César

TABELA 03: Ocorrências de pronomes com posição PVC (preposição-verbo-clítico): sécs. XIV a XIX

Prep.	AF4	DPI	VJC	LC	FL	RUI	AH	AT	MA	FA	BL	NP	JX	AD	JD	AZ	FEI	CB	Total
Séc.	14	14	14-5	14-5	14-5	15-6	15-6	15-6	15-6	15-6	16-7	16-7	16-7	17	17-8	18	19	19	
A	--	--	03	--	--	--	03	--	02	09	--	02	02	03	01	06	22	40	93
DE	--	--	01	02	--	--	02	--	02	--	--	01	02	03	--	19	--	52	84
EM	--	--	--	02	--	--	02	--	01	01	--	--	03	--	--	05	04	05	23
P <sup>A</sup>	--	04	--	--	--	--	01	--	--	01	--	--	01	04	01	23	04	25	64
POR	--	--	--	--	--	--	01	--	01	--	--	--	04	01	--	01	--	--	08
SEM	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	05	02	--	04	--	02	14
Out.	--	--	--	--	01	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	01	01	01	05
Total	--	04	04	04	01	--	09	--	06	12	--	03	18	13	02	59	31	125	291

TABELA 04: Ocorrências dos pronomes em PCV

Pron.	AF4	DPI	VJC	LC	FL	RUI	AH	AT	MA	FA	BL	NP	JX	AD	JD	AZ	FEI	CB	Total
o	07	25	28	43	83	18	09	06	18	33	46	22	39	12	36	05	26	19	475
a			11	15	10	01	08	02	08	17	23	07	07	02	06		08	08	133
os	12	06	20	15	13	03	05	05	05	17	16	17	13	02	21		03	03	176
as	04	03	05	11	02	02		01	03	19	17	10	03	04	07	09	01	05	106
me	06		03	12	04	05	04	15	20	26	02	02	08	05	06	02	77	19	216
te			01				03				01				01		33	03	42
se	18	17	45	61	60	19	31	22	33	84	65	88	28	12	79	32	27	41	762
nos		02	03	42	03		07	06	11	18	04	01	09	02	09		01	11	129
vos	03		05	05	17	01	02			14	02		03	10	03			03	68
lhe	04	04	40	13	39	17	16	10	38	27	17	37	27	07	50	01	29	22	398
lhes	04	23	10	06	01	02	02	01		05	04	01	07	05	01			01	73
Total	58	80	171	223	232	68	87	68	136	260	197	185	144	61	219	49	205	135	2578

TABELA 05: Ocorrências dos pronomes em PVC

Pron.	AF4	DPI	VJC	LC	FL	RUI	AH	AT	MA	FA	BL	NP	JX	AD	JD	AZ	FEI	CB	Total
lo							04		03	03			06	06		08	04	10	43
la			02							04		01		02		02	01	09	21
los				02			01			02		01	06	01			01	03	17
las										03				03		29	01	09	45
me									01	01				01		01	12	21	37
te																	02	04	06
se				02			03		01	01			02		01	17	04	32	63
nos													01			01		04	06
vos																		06	06
lhe			02				01		01			01	02		01	01	06	20	35
lhes		04											01					07	12
Total		04	04	04	01		09		06	12		03	18	13	02	59	31	125	291

Assim, se na BL não ocorre nenhum caso de PCV/PVC, a alternância se manifesta nas construções com VTI (verbo transitivo indireto), demonstrando que a variante inovadora já estava se estendendo a outros contextos. Na Tabela 06, vemos que, aparentemente, se passou da colocação mais antiga, com o clítico antecedendo o primeiro verbo (**CVaV**), diretamente para a posposição do pronome ao segundo verbo (**VaVC**). A posposição do pronome ao primeiro verbo (**VCaV**) pode ser devida ao escrúpulo de, na escrita, não iniciar período com o pronome clítico. Raramente se atestam, no corpus, ocorrências de anteposição do pronome ao segundo verbo (**VaCV**), como é moeda corrente no Brasil, quando o clítico não é *o, a, os, as* (p. ex. em: “a tarefa *começou a se tornar cansativa*”).

TABELA 06: Beneditina Lusitana: alternância em construções com VTI

CVaV	VCaV	VaVC
o mar da concupiscencia <b>fe</b> começava <b>a</b> empolar (p. 31)	Tornoulhe o facerdote <b>á</b> afirmar, que ... (p. 48)	começarão os Monges de Ingl. <b>a</b> vnir <b>fe</b> em congr. (p. 154)
pois oje <b>vos</b> começo <b>a</b> ver gloriofo (p. 95)		pois começou <b>a</b> profeffala em recebendo a fê. (p. 270)
afsi <b>fe</b> começou <b>a</b> eftender por Italia (p. 136)		Os Reys Cath. começarão <b>a</b> lançalos fora (p. 176)
afsi <b>fe</b> começou <b>a</b> desfazer o Gelo (p. 118)	Tornarãono <b>a</b> fepultar a fegunda vez (p. 82)	começou a talha ... <b>a</b> encher <b>fe</b> de azeite. (p. 73)

Por conseguinte, desfaz-se a aparente contradição da BL à variação que já ocorria no século XVII. A partir daí, se intensifica não só (i) a ocorrência de casos de ênclise com todas as preposições, como é o caso de AZ, em que o número de **PVC** ultrapassa o de **PCV**, como um surpreendente equilíbrio no uso das duas construções (em CB) e, mais importante, (ii) o desaparecimento de **PCV** com a preposição **a** (AD, AZ, FEI) ou com um único caso residual (um dado em JD e CB), sinalizando a mudança efetiva de posição do pronome nesse contexto (sintagma preposicionado com **a**) para **PVC**.

A distribuição dos casos por pronome (Tabelas 04 e 05) teve a finalidade exclusiva de mostrar que não há restrição nenhuma relacionada a este ou àquele pronome: se temos mais ocorrências (126) de pronomes cuja estrutura silábica seja somente V (o, a, os, as), os demais pronomes, cuja estrutura silábica é CV(C), também vão aparecer em ênclise a partir dos séculos XVI-XVII. As raras ocorrências de *te* e *vos* são devidas ao tipo de texto, visto que eles não contêm diálogos, o que favoreceria a sua ocorrência.

### 3. E para concluir: duas ordens em concorrência?

Como vimos acima, a introdução das nominalizações de verbos provocou uma mudança na ordem do pronome em sintagmas preposicionados com **a**, com a extensão da regra às perífrases com VII. Mas essa mudança encaixada não dá conta dos demais casos de ênclise, observados em outros estudos. O que está acontecendo, então, na língua?

Se pararmos de pensar na colocação dos pronomes como um fato decorrente da prosódia, isto é, de uma palavra átona se apoiar no acento de outra que a antecede ou sucede, e analisarmos a questão do ponto de vista sintático, isto é, da mudança sintática ocorrida em português e outras línguas românicas, a explicação pode parecer mais simples (mas não simplista). Sabemos todos que as funções sintáticas eram marcadas morfologicamente em latim, através dos diferentes “casos” e, por consequência, a posição de um dado elemento na frase podia ser aleatória, já que a *marca do caso* identificaria a sua função. No entanto, em que pese esse fato, havia certas ordens preferenciais em latim: uma delas se refere à posição do verbo em final de frase. Como as línguas românicas não herdaram o sistema de casos, visto que já no latim vulgar esse sistema teria se deteriorado, com redução e, depois, perda total dos casos, o que restou às línguas românicas em formação, para marcar as funções sintáticas, senão a ordem das palavras na frase? Mas qual era essa ordem?

Ora, se em latim o verbo vinha preferencialmente no fim da frase, onde se localizariam os seus complementos – objetos diretos e indiretos, advérbios? Necessariamente teriam de vir **antes** do verbo. Mas qual a sua posição? O advérbio teria de vir “colado” ao verbo, a justificar a

etimologia da palavra: isso justificaria a presença do advérbio de negação antecedendo imediatamente o verbo; os demais advérbios antecederiam o de negação, estando ele presente. E os complementos verbais – diretos e indiretos – poderiam alternar a sua posição, como podemos constatar em duas línguas românicas: nas frases em que os complementos são expressos por pronomes, o francês teria “herdado” tanto a sequência objeto direto – objeto indireto, como em *Je le lui donne*; quanto indireto—direto, como em *Il nous l’a donné*; o português, somente a ordem indireto – direto: *Eu lho dou*; *Ele no-lo deu*.

Assim, se argumentarmos que a questão é sintática, podemos refutar a teoria das palavras atrativas para justificar maior ocorrência de próclises (resultados encontrados por Sampaio Dória e por Pagotto). No caso em estudo, a preposição não constitui um “ímã” para o pronome vir para perto de si; ela simplesmente está na sua posição sintática regulamentar na língua: se vem depois da palavra que exige a preposição, por causa da regência, ela só pode ficar antes do termo regido, o verbo. E se o verbo tem complementos, esses vão aparecer na posição canônica da primeira ordem da língua, a mais próxima do latim: antes do verbo! Mas isso explicaria a anteposição do clítico ao advérbio de negação, em estágios anteriores da língua, ou mesmo hoje, como variante estilística do PE? Sim, a resposta é positiva porque a negação seria, em princípio, um *advérbio* (= junto ao verbo; modificador do verbo, da mesma forma que o *adjetivo* é modificador do substantivo); além disso, parece que a negação foi primeiro **do verbo**: *fazer* x *não fazer* (37), estendendo-se depois para a negação **da frase** (38):

(37) Pedro fez besteira.                    x    Pedro não fez besteira.

(38) Pedro saiu acompanhado.    x    Pedro não saiu acompanhado.

Em (37) ocorre a negação do verbo: **fez** x **não fez**; no entanto, em (38) a informação dada pelo verbo é a mesma: **em ambas** se afirma que Pedro **saiu**, só que, na frase com negação, há a informação de que não foi acompanhado por ninguém. Essa diferença da negação estaria interferindo na posição que os pronomes aparecem, na história da língua? É trabalho que está por fazer.

Entretanto, nas frases em que os complementos verbais são expressos por sintagmas nominais, a ordem vai passando paulatinamente de OV(S) para (S)VO e os complementos vão se fixando na posição pós-verbal na ordem: objeto direto, objeto indireto, adjuntos adverbiais (embora alguns advérbios – *já, logo* – tenham guardado uma mobilidade maior (talvez pelo fato de não serem foneticamente pesados) e possam aparecer antes do verbo, sem qualquer ênfase). E as frases em que o complemento é pronominal continuariam a guardar a antiga ordem? Parece que não, a se levar em conta os resultados de Dória e Pagotto, acima referenciados: há **mais ênclise** quanto **mais próxima de nós** (no tempo) estiver a língua estudada. Esse fato corroboraria a posição de Kato (1993: 19): ela defende uma associação entre aquisição de linguagem e estudo da mudança linguística, ideia cara aos gerativistas, a partir dos postulados de Lightfoot (1979):

Na versão de Clark e Roberts (1992), o *input* é passível de ser associado a diferentes gramáticas. Não são pressões externas que levam a criança a selecionar uma ou outra, mas um mecanismo avaliativo interno de adequação (*fitness metric*). Através de mudanças que ocorrem efetivamente, pode-se obter informações cruciais sobre os fatores em que a criança se baseia para selecionar a gramática. Nessa visão, a linguística histórica passa a ser um meio para se entender a aquisição.

Do ponto de vista da teoria da variação e da mudança (WLH, 1968), teríamos, então, nesse caso, uma **mudança encaixada**: o *processo de gramaticalização da ordem* em português, na direção de uma rigidez maior na sequência SVO, estaria condicionando a posição do pronome objeto, que passaria a ir “automaticamente” para o lugar destinado ao objeto – depois do verbo, mesmo quando o contexto apresenta as tais palavras atrativas. Isso explicaria a ocorrência de exemplos como (39-43), de Camilo Castelo Branco e António Feijó, os autores mais recentes desta amostra (séc. XIX):

- (39) [...] ou porque teve compaixão da criança e **não** quiz disfructá-la. (CB, p. 51)

- (40) É celebre, uma mulher **que** devia rir-se até pelas ventas quando vê um elogio n'um *periodego* [...] (CB, p. 86)
- (41) [...] preciso de consolação do espirito que o senhor **não** póde dar-me. [...] **Não** tenho a arrepender-me de actos que não são meus. (CB, p. 134)
- (41) A amabilidade é de tal ordem **que** chego a **não** poder explica-la ... E se visses a carta **que** escreveu a convidar-me? (FEI, p. 163)
- (43) O Conde de Bertiandos com quem jantei ha dias fallou-me de ti, dizendo-me que tinha o maior empenho em te ser agradável, mas que não encontrava nicho em **que** pudesse metter-te, nas condições que tu desejas. (FEI, p.164)

Veja-se a que distância estamos das ocorrências como (44-49):

- (44) E assim nenhuma cousa que começasse se arrendia, havendo-se em todas tão bem ou por seu singular ânimo e fortaleza, ou **por o** Deus **favorecer** nelas, que sempre dava cabo ao que começava e acrescentamento a sua fama e honra. (Imperador: 135)
- (45) — Cavaleiro de Hungria, deixa esta aventura a quem com puro amor a merece, porque está guardada àquele **que a** em si **há de sentir**, senão serei forçada defender-te eu a entrada. (Imperador: 172)
- (46) Mas primeiro **q̃ ha** hos Castelhanos **tomassem**, deçeparam has mãos a Duarte dalmeida, alférez pequeno [...] (GOIS: 41)
- (47) [...] posto que me parece que **quando se** isto ja **tratou** os anos passados se avia por jnconveniente fazer se nisto mudança do **que se** até ora **custumou**. (Cartas e alvarás, 06.02.1567, p. 126)
- (48) [...] porque arreceando ce do **que lhe podião fazer** o dono da casa portugues e outro da mesma terra que aly estava (e ambos tinhamo tomado a sua conta o emparo dos ditos moços) se **vinha** gente por via delle **a os tomar**, **os** tirou de casa a meia noite dizendo **que** os padres **os chamavão**. (JX, p. 87)
- (49) O cuitado **que** foi **a os consolar** e ver se **os** podia consertar ja não podia sair nem **o** querião deixar ir. (JX, p. 87)

Mas os exemplos do séc. XIX são muito semelhantes aos do XX, como em (50-51):

- (50) ( ) Ainda que concordando com a menor importância dos aspectos fonológicos, facto que me leva aliás a não considerá-los neste capítulo, não posso deixar de fazer notar que esta menor importância é obviamente relativa [...] (EMILIANO, 2003: 310)
- (51) ( ) Passo a examiná-los e discuti-los separadamente. (EMILIANO, 2003: 84)

Estabilizada então a chamada ordem direta – SVO – em frases com sintagmas nominais nas posições de sujeito e objeto(s), o falante iria estendendo o modelo às frases em que o objeto fosse pronominal, o que explicaria os resultados “surpreendentes” de ênclise nos períodos mais próximos de nós, assinalados por Pagotto e por Sampaio Dória. Sobre Camilo, diz esse autor: “A única diferença entre a tradição antiga e a moderna em Camillo, é no exagerado uso da posposição no indicativo. No mais, perfeito acordo.” (SAMPAIO DÓRIA, 1959: 318).

Sampaio Dória, sem atinar que se trata de duas regras de língua porque são duas ordens dos constituintes da frase em competição, tentou justificar os resultados obtidos no seu estudo apelando, seja à “indiferença” do autor, seja à “tradição”, contrapondo a antiga, clássica (porque de *clássicos* ele tratou) à moderna, que, segundo ele, contraria a hipótese sobre o chamado poder de atracção de determinadas palavras (p. 372-373):

Eis as duas ordens de factos contra a teoria de que a próclise é efeito da atracção de certas palavras. Realidade constante, reiterada, inequívoca, é a próclise sem atracção e a ênclise apesar da atracção.

Ao lado desta verificação na linguagem de Machado de Assis, outra se impõe: Machado de Assis prodigaliza, como Camillo, Herculano e Castilho, a posposição do pronome átomo a verbos no indicativo, presente ou pretérito, sem negativa.

Nos clássicos antigos, não será exagero dizer-se<sup>19</sup> que só por eufonia ou ênfase se pospunha o pronome átomo a verbos no indicativo, presente ou pretérito, sem negativa. Nos modernos, pouco exagero haverá no contrário: só por eufonia ou ênfase se antepõe o pronome átomo a verbos no indicativo, presente ou pretérito, sem negativa.

Machado se Assis carregou a mão na ênclise, nesta hipótese. [...]

Terá Machado de Assis tido suas razões, ora para antepor, ora para pospor. Indiferença talvez.

Apesar de a posposição já ter se consolidado nas construções preposicionadas de infinitivo com a preposição **a**, resta aguardar pelo tempo, para se constatar se as novas gerações vão se ater ao caso específico dessa preposição, ou se vão estender a regra às demais preposições.

Por ora, como a nova ordem sintática está (ainda) nos estágios iniciais da mudança, parece que a antiga ordem dos pronomes, mais cristalizada, resiste ainda à implementação da nova estrutura. O fato é que temos aí um caso de co-habitação de duas regras sintáticas em concorrência, o que, necessariamente, tem consequências na tentativa de explicação das “exceções” à regra “cometidas” pelos autores e pelos falantes: mas de que regra se trata? Da antiga ou da nova?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Benedictina Lusitana*. Tomo I. [por] Frei Leão de S. Tomas. [fac-símile da edição de 1644: Coimbra, Offic. Diogo Gomes de Loureiro, Typographo da Vniuersidade]. Introd. e notas críticas de José Mattoso. Lisboa: INCM. 1974.

*Cartas de D. João de Castro*. Coligidas e anotadas por Elaine Sanceau. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Divisão de Publicações e Biblioteca. 1955.

*Cartas e alvarás dos Faros da Casa Vimieiro*. Introd. de Maria Alice Beaumont. Cascais: Câmara Municipal/ Museu-bibliot. Conde de Castro Guimarães. 1968.

<sup>19</sup> Vemos que o próprio autor faz ênclise quando está presente a negação, que seria uma das “palavras atrativas” ...

COELHO, Francisco A. Notas complementares. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Reproduzido em *Estudos Linguísticos crionlos*, 1967. Lisboa. 1882. p. 451-478 (*sic*).

CLARK, R. & ROBERTS, I. *A computacional model of language learnability and language change*. D.E.L.T.A., 8, n.º special: 53-103. 1992.

CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*. Vol. I: Lenda de 13 Annos, desde o primeiro descobrimento da India até o Anno de 1510. Introd. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Edit. [Retoma o texto da edição primitiva, de 1858-1866, em 8 vol., da Academia Real das Sciencias, organizada por Rodrigo José de Lima Felner]. 1975 [1563]<sup>20</sup>.

CORREIA, Frei Joseph. *São João de Deus, pai dos pobres*. Codice inédito do século XVIII. Introd., transcr. e índice remissivo por Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado. Lisboa: Multinova. 1997 [1731].

*Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: INIC, 1982.

*Cortes portuguesas: reinado de D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: INIC. 1986.

*Crónica de cinco reis de Portugal*. Inédito quatrocentista, reprod. Cód. 886 da Bibliot. Públ. Munic. Porto, seguido de capítulos inéditos da versão port. da *Crónica Geral de Espanha* e outros textos. Ed. diplom. e prólogo de A. Magalhães Basto. Porto: Civilização. 1945.

*Crónica do Imperador Maximiliano*. Cód. 490, col. Pombalina da biblioteca Nacional. Prefácio de João Palma-Ferreira. Transcrição de Luís Carvalho Dias. Revisão ortográfica de Fernando Filipe Portugal. Lisboa: INCM/ Biblioteca Nacional. 1983.

DALLA BELLA, João Antonio. *Memorias e observações sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite de oliveira em Portugal*. Lisboa: Na Offic. da Academia Real das Sciencias. 1784.

*Dispersos de Camilo*. Vol. I: *Cronicas (1848-1852)*. Comp. e notas de Júlio Dias da Costa. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1924.

<sup>20</sup> Sempre que foi possível localizar a data da primeira edição da obra, ou a datação do manuscrito, ela veio mencionada entre colchetes, após a data da edição utilizada para este trabalho.

DOM DUARTE. *Leal Conselheiro*. Ed. crít., introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: INCM. 1998 [c. 1433-1438].

DÓRIA, António Álvaro. Introdução. In: DÓRIA, A. A. *Damião de Góis. Trechos escolhidos*. Introd., selecção e notas por A. Á. Dória. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1944. p. 05-18.

\_\_\_\_\_. *Damião de Góis. Trechos escolhidos*. Introd., selecção e notas por A. Á. Dória. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1944.

EMILIANO, António Henrique de Albuquerque.. *Latim e romance na segunda metade do século XI*. Análise scripto-linguística de documentos notariais do *Liber Fidei* de Braga de 1050 a 1110. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian/Min. Ciência e Ens. Superior. 2003.

FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Introd., actual. e notas de Francisco A. Lourenço Vaz. Lisboa: Colibri / Évora: Escola Sec. Severim de Faria. 2003 [1655].

GALVÃO, Duarte. *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. [apres. José Mattoso]. reimpr. da ed. de 1986. Lisboa: INCM. 1995 [1726].

*Itinerários da Índia a Portugal por terra*. Rev. e pref. por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1923.

*Itinerário de Antonio Tenreyro*. 6. ed. conf. a segunda, de 1565. In: *Itinerários da Índia a Portugal por terra*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1923 [c. 1529]. p. 03-127.

KATO, Mary A. Apresentação: Como, o que e por que escavar? In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrónica*. Campinas: Editora da Unicamp. 1993. p. 13-30.

LIGHTFOOT, D. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: CUP. 1979.

LOBO, Tânia. O problema da colocação dos clíticos: variação estável ou mudança em curso? In: CARDOSO, Suzana A. M. (org.). *Anais do Seminário Nacional sobre a Diversidade Linguística e Ensino e Ensino de Língua Materna*. Salvador: EDUFBA, 1996, p. 215-224.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I. Vol. I.* [seg. o cód. n.º 352 do ANTT] [ed. pref. por António Sérgio]. Porto: Civilização. 1945 [c. 1441].

MELO, D. Francisco Manuel de. *Apólogos dialogais, vol. I: A visita das fontes*. [introd., fixação de texto e notas de Pedro Serra]. Braga/Coimbra: Angelus Novus. 1998 [1657], p. 33-127.

MENON, Odete P. S. A questão das afirmações generalizantes sobre o português do Brasil e os dados do Projeto NURC. In: CARDOSO, Suzana A. M. (org.). *Anais do Seminário Nacional sobre a Diversidade Linguística e Ensino e Ensino de Língua Materna*. Salvador: EDUFBA. 1996, p. 207-214.

\_\_\_\_\_. Gerundismo? *Lingua(gem)*, Macapá, 1, 2: 191-236. 2004.

\_\_\_\_\_. O que muda e o que não muda na linguagem através dos tempos: as construções de gerúndio em português. Trabalho apresentado em mesa-redonda no Seminário de Pesquisa do Progr. Pós-Grad. em Linguística e Língua Port. da UNESP – Araraquara. 2006.

\_\_\_\_\_. Perífrases de gerúndio: o que mudou?. In: CAGLIARI, Luiz C. (org). *O tempo e a linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2008, p. 41-95.

PAGOTTO, Emilio G. A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP. 1992.

\_\_\_\_\_. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. 1993, p. 185-206.

PINA, Rui de. *Crónica de D. Dinis*. Segundo o códice inédito 891, da Bibliot. Munic. Porto, seguido da versão actual. da ed. ferreiriana de 1726. Porto: Civilização. 1945.

QUEIRÓS, Francisco Teixeira de. *Cartas íntimas de António Feijó*. Coimbra: Coimbra Editora. 1961.

SAMPAIO DÓRIA, A. de. *Sintaxe de pronomes*. São Paulo: Cia. Edit. Nacional. 1959.

SANCEAU, Elaine. Ver: *Cartas de D. João de Castro*. 1955.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. 1993. p. 35-68.

*Tratado de confissom*. Fac-símile da edição original (Chaves, 8 de agosto de 1489). Leitura diplom. e est. bibliogr. por José V. de Pina Martins. Lisboa: INCM. 1973.

VEIGA, Thomé Pinheiro da (Turpim). *Fastigimia*. Reprod. fac-símile da ed. de 1911, da BPM Porto; pref. Maria de Lourdes Belchior. Lisboa: INCM. 1988 [c.1605].

*Vida e feitos de Júlio César*. Ed. crít. da trad. port. quatrocentista de “li fet des Romains” [por Maria Helena Mira.Mateus]. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian. v. I. 1970.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press. 1968. p. 95-188.

XAVIER, Pe. Jerónimo. Cartas. [transcrição do Ms. do Museu Britânico Add. 9854, Jesuit Missions in India – 1582-1693]. In: *Documentação ultramarina portuguesa, III*. Lisboa: Centro de Est. Hist. Ultramarinos. p. 07-29; 62-133; 143-152. 1963.

*Ytinerario de Mestre Affonso, solurgiao mor que foi da India, em tempo do comde visorei e do governador João dememdonça, da viagem que fez da Imdia por terra a estes reinos de Portugal, por mandado do mesmo governador*. Reed. conf. o ms. 2262 do ANTT. In: *Itinerários da Índia a Portugal por terra*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1923. p. 131-309.